

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
TRATAMENTO PARA TRANSIÇÃO DE GÊNERO EM CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO HC - SÃO PAULO

29.06.2023

* * *

- Abre a reunião o Sr. Gil Diniz.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 162, de 2023, com a finalidade de apurar e investigar as práticas adotadas pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo no diagnóstico, acompanhamento e tratamento de menores de idade com suspeita ou diagnóstico de incongruência de gênero ou transgêneros e, em especial, a submissão de crianças e adolescentes a hormonioterapias para a transição de gênero realizadas pelo hospital, em possível violação às disposições do Conselho Federal de Medicina.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Havendo acordo entre os membros da comissão e de V. Exa., peço a suspensão da sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Há acordo. A sessão está suspensa por dez minutos.

* * *

- Suspensa, a sessão é reaberta sob a Presidência do Sr. Gil Diniz.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Registro, com muito prazer, a presença do nobre deputado Tenente Coimbra, deputada Beth Sahão, deputada Professora Bebel, deputado Tomé Abduch, do nobre deputado Guto Zacarias, no nobre deputado Dr. Elton, do nobre deputado Guilherme Cortez e deste deputado, que preside os trabalhos.

Solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para solicitar a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Havendo acordo, dou por lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Pauta para deliberação. Os nobres deputados têm algum pedido de vista a ser feito?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Para fazer meus pedidos de vista. O requerimento nº 3, 1.366, deputado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Item 3, o 1.366.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para pedir vista do Item nº 4 e do nº 15.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu não tinha terminado ainda. O número cinco.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - A companheira Beth Sahão que lhe cortou desta vez, não fui eu, Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - O cinco, o seis e o sete.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Cinco... O seis tinha acordo, não?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Retiro o pedido de vista, Excelência.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem o nobre deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Para pedir vista dos Itens 11, 13 e 15.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Onze, treze e quinze? A deputada Beth pediu.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Retiro o meu. Perdão, eu não tinha ouvido.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Retirar a minha vista do sete. Seis e sete, pronto, para ser completo.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Tira do sete.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Mantém a vista do sete para aprovar o dez. Para eles aprovarem, não nós. Estou mantendo a vista do sete, ponto. Quando chegar no dez...

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Mais algum deputado?

O SR. DR. ELTON - PSC - Quero pedir vista do 37.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O item do qual o deputado Elton pediu vista, nós conversamos, Tenente Coimbra e eu, para a gente voltar depois a discutir na próxima, o Item nº 37. Da promotora, é. Lembra que nós falamos ali em cima? Certo? Está pedindo vista hoje com o compromisso de retornar.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Isso, para rediscutirmos depois. Correto.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Posso, se houver acordo aqui, suspender por dois minutos?

* * *

- Suspensa, a sessão é reaberta sob a Presidência do Sr. Gil Diniz.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Só pedir aos deputados aqui, nós fizemos o acordo para deliberar os requerimentos. Se, porventura, tiver algum item que a gente cite aqui, se for do interesse, já peçam vista para não aprovar. Se tiver mais algum pedido de vista, até o momento da votação vocês podem pedir.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - É possível, presidente.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Eu ia perguntar se é possível indicar quais já foram pedidos vista, só para não haver qualquer desentendido.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Agora você pegou a gente. O Item 3 pediu... Que eu anotei aqui, o Item 3 tem pedido de vista, o Item 4, o Item 5, o Item 7, o Item 11, o Item 13, o Item 15.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O 13 também, Sr. Presidente?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - O 13 eu pedi.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - O deputado Guilherme Cortez pediu o 13. O Item 13, 15, 25... O 25 não?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Não, o 25 acho que não teve

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - O 37.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Isso.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Por enquanto, só.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Só. É isso mesmo. O 37?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Isso, o 37 o Elton pediu.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - O Item 1 da pauta.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, deputado...

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Queria “dessolicitar” a vista do Item 17 da pauta, do Item 20, 21, 22, 24.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Só um momento. Calma aí.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pera aí.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Olha, retorna. Começa de novo, mas vai com calma. O 17.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - O Item 17, o Item 20, 21...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Todos os meus?

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - O Item 22, 24, 25, 26 e do Item 27 até o Item 42. E vista dos itens 46 e 47.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Está dentro do nosso acordo?

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Está, ué?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Está, né? É. É porque são tantos que a gente acaba se perdendo um pouco aqui.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - São muitos itens, né, deputada Beth?

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Vamos lá, então?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - O Item 1.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Ao 42.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Deputada, Beth.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Qual?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Oi?

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Qual, Bebel?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu que tenho que (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - O Item 1, eu sou o proponente. Então, gostaria que V. Exa. assumisse aqui os trabalhos da comissão.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Beth Sahão.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Bem, então, Item 1, de autoria do deputado Gil Diniz. O Requerimento nº 1.361/2023 requer que seja expedido ofício ao Prof. Dr. Alfredo José Mansur, coordenador da Comissão de Ética para Análise de Projetos de Pesquisa do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, para que apresente, no prazo legal de 15 dias, as pesquisas aprovadas pela referida comissão, desde 2010 até a data da resposta, que têm por objeto o estudo da disforia ou incongruência de gênero em menores de idade. As respostas e documentos deverão ser encaminhados em formato digital. Requer ainda que seja respondida as seguintes indagações:

1 - Existe algum protocolo de pesquisa aprovado por esta comissão que tenha por objeto o estudo da aplicação de bloqueadores de puberdade e/ou de hormonioterapia em menores de idade, com a finalidade de se fazer transição de gênero? Se sim, apresentar a documentação correspondente à aprovação da pesquisa, bem como o seu resultado.

2 - Existe algum protocolo de pesquisa aprovado por esta comissão que tenha por objeto o estudo da chamada técnica de “transição social” de gênero em menores de idade? Se sim, apresentar a documentação correspondente à aprovação da pesquisa, bem como o seu resultado.

3 - Quais são as pesquisas aprovadas pela comissão de estudo de medicamentos em menores de idade nos últimos cinco anos?

4 - Quais são os critérios para se aprovar pesquisas com menores de idade? Apontar as normas legais e éticas que regulam o assunto.

Em discussão o Item 1.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Conversando com o deputado Cortez, nós entendemos que não há óbice em votar nesse ponto.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Ok. Mais alguém se inscreve para discutir? Não havendo oradores inscritos, vamos à votação. Votação é... Alguém tem que requerer, né? Mas ela requer.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Vamos votar “sim”.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Nós vamos votar “sim” nesse. Não precisa ser nominal. Aqueles deputados e deputadas que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Olha, é o primeiro gesto. Vou ficar igual professora de libras.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - O Item 2 não tem vista, né? O dois não tem vista também não, né?

O SR. GIL DINIZ - PL - Não.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Então, o Item 2, de autoria do deputado Gil Diniz. O Requerimento nº 1.364/2023 requer que seja expedido ofício ao

presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia para que apresente os seguintes documentos e esclarecimentos no prazo máximo de 15 dias corridos a contar do recebimento de sua intimação:

1 - Qual é o posicionamento da Sociedade Brasileira de Endocrinologia a respeito do uso de bloqueadores da puberdade e hormonioterapia para se fazer transição de gênero em menores de idade? Existe algum consenso sobre o tema no meio acadêmico brasileiro?

2 - Esta Sociedade possui alguma orientação a respeito de tais práticas?

3 - Quais são os riscos atrelados ao uso de bloqueadores de puberdade e hormonioterapia para transição de gênero? Existe o risco de os medicamentos utilizados causarem a infertilidade do paciente?

Em discussão o Item 2. Não havendo oradores inscritos, em votação. Os deputados e as deputadas que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 3 está com vista, né?

O SR. GIL DINIZ - PL - Tem vista. O quatro tem vista, o cinco tem vista.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Então, agora devolvo a Presidência ao nosso deputado Gil Diniz.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Gil Diniz.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputada Beth Sahão. O Item 6, Requerimento nº 1.516/2023, do deputado Tenente Coimbra, requer que o Dr. Paulo Roberto de Andrada Pacheco seja convidado para prestar informações a esta CPI sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Hospital das Clínicas no atendimento a crianças e adolescentes transexuais.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Apenas para pontuar que nós vamos nos posicionar contrários a este requerimento, até por conta de que esse psicólogo não tem nenhum exercício nessa área. Ele não tem pesquisa, não tem nenhum trabalho científico voltado para esse segmento. Portanto, a recomendação nossa vai ser pelo voto contrário.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, deputado Tenente Coimbra.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Só para registrar o breve currículo do Dr. Paulo Roberto. Ele possui graduação em psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais; doutor em psicologia pela Universidade de São Paulo; pós-doutor pela Universidade de Campinas; membro do grupo de pesquisa “Tempo, Memória e Pertencimento” do Instituto de Estudos Avançados, como secretário; atua como psicoterapeuta e orientador vocacional; criador e professor autônomo do “Seminário Online de Psicologia”, além de supervisor de profissionais que atuam na área de desenvolvimento humano, saúde mental e psicoterapia, cuja a qual, a psicoterapia, é de fato feita com as crianças até 16 anos.

Ele tem todo esse gabarito para atuar na área de psicologia de uma maneira geral, para atuar na área de psicoterapia. Então, obviamente cabe a oitiva a ele, e o entendimento dele acima dos processos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Apenas para me contrapor ao deputado Tenente Coimbra, por conta de que o psicólogo em questão, o qual nós estamos aqui votando ou não a vinda dele à CPI, não tem exercício de trabalho no HC, muito menos no programa

Antigos. Daí também a nossa estranheza dele ser convocado... Convidado para esta CPI. Por isso que a gente não concorda com esse requerimento, com esse convite.

Então, fica aqui o meu posicionamento. Pelo visto, a deputada Bebel também vai se posicionar.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Só vou pedir aqui aos deputados. Quem se inscreveu para fazer a discussão, utilize o tempo para discutir. Porque, se um falar, o outro fazer a réplica, o outro fazer a tréplica, aí pode começar e não terminar.

Então, faz as considerações, o deputado pede o tempo para fazer a discussão, faz as considerações. Se algum outro deputado quiser fazer a discussão também, faz a discussão dentro do tempo regimental. Porque, senão, a gente não sai daqui hoje.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Serei breve. Veja bem. Quando a gente estava conversando, fora desse momento da CPI, houve questionamento: “Por que você não põe um doutor?” Exatamente pela razão aqui exposta pela deputada Beth. A de ter pessoa, ou que viveu, ou que vive. No meu caso, tratei de indicar pessoas que sofrem em casa.

Aliás, que sofrem, não. Mas que têm o problema em casa, e que é importante a gente ouvir. Então, dessa CPI, a gente pode sair com elementos até para entender a transição de gênero, que não é simples. Teve um caso, recentemente, de um amigo meu, que, por não ter condições, fez o tratamento, e ele era jovem, “de per si”, em qualquer lugar, e morreu.

A quem nós vamos atribuir a culpa. Entendeu? Então pode ser, e aí fazendo um preâmbulo, uma ressalva. Por exemplo, o doutor Paulo de Andrada Pacheco, não me oponho à pessoa dele. Mas eu acredito que, quanto mais as pessoas estiverem atreladas ao assunto, melhor para entender a diversidade mesmo que é esse tema.

Por isso que eu não vou concordar com esse ponto.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Com a palavra, nobre deputado Dr. Elton.

O SR. DR. ELTON - PSC - Pela ordem, Sr. Presidente. Na verdade, eu acho que todo mundo que possa compor, inclusive nas falas, o entendimento de qual é a melhor prática no tratamento, existem duas vias principais de tratamento.

Uma, que era só feita por meio de psicoterapia. E outra por meio, agora, da utilização de medicamentos, como bloqueadores da puberdade, utilização de testosterona, de estrogênio.

E aí, o grande problema é que a gente quer ouvir também a opinião daqueles que não entendem como sendo possível e adequado o tratamento a menores por meio da utilização de hormônios. A gente quer saber o que é possível ser feito por meio da psicoterapia.

Porque, a princípio, no meu entendimento, eu, como médico, entendo um preceito de Hipócrates, que diz “primum non nocet”. Que quer dizer: primeiramente, não vamos causar dano.

E aí, quando a gente começa a ver notícias, através das mídias, de pessoas que processam o hospital, em referido aos tratamentos estabelecidos, como retirada de seios, os procedimentos estéticos para adequação da disforia, a gente nota que existem tratamentos que são impulsionadores para o evento da disforia de gênero.

Quando a gente fala “existe outro tratamento, existe também um tratamento por meio da psicoterapia?”, o que pode ser feito? Aí a gente traz alguém, quer trazer pessoas que têm esse outro viés, têm um outro olhar de tratamento.

Então acho que não dá para a gente, por causa do que foi colocado pela deputada, de que esse tratamento, ele precisa envolver, ou essa fala, que só precisa acontecer por meio de pessoas que transitam no meio disso, estou tirando pessoas que têm um outro olhar diferente.

Eu acho que essa CPI pode trazer, sim, pessoas, como está colocado no Requerimento nº 6, para trazer o doutor Paulo Roberto de Andrada Pacheco, que é convidado exatamente por desenvolver assuntos sobre o atendimento de crianças e adolescentes transexuais.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Gostaria de me inscrever para fazer a discussão de esse ponto. A gente já está no ponto de discussão?

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Sim, pode...

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Presidente, eu acho super salutar...

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Item 6, deputado Guilherme Cortez. É o item 6 que está em discussão. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Eu acho super salutar que a gente utilize dessa CPI, que eu já me manifestei, que eu acho que nem há um objeto a ser investigado. Acho que o objetivo de alguns parlamentares aqui é muito mais disseminar a confusão e a desinformação num tema tão sensível.

Mas, já que estamos nessa CPI, eu acho que ela pode ser utilizada, justamente, para a gente desmistificar e para a gente jogar luz sobre essa situação tão delicada, da saúde da população LGBT, e as violências a que essas famílias são submetidas.

Agora, eu acho, portanto, muito importante a gente trazer outros olhares, outros pesquisadores, pessoas qualificadas, para poder corroborar isso. Agora, o referido doutor Paulo Roberto de Andrada Pacheco, o outro olhar que ele pode nos trazer, como disse o Dr. Elton, eu vou ler um breve trecho de uma de suas falas, em um de seus vídeos.

Terapia laica? Isso não existe. Cara, tudo o que a gente acha que é inédito, na clínica, algum teólogo, no passado, na Igreja, já falou. O homem moderno padece de terríveis doenças, todas elas agindo para além de sua alma. Manifestando-se no seu corpo, na sua forma de viver e agir no mundo.

Depressão, ansiedade, transtornos obsessivo-compulsivos, transtornos sexuais em geral, tudo isso tem origem em um ou mais pecados capitais. Assim como cada um dos seus pecados, também os remédios para esses pecados foram apresentados por esses mesmos homens.

Todo homem tem dentro de si um desejo pelo sentido da vida. E nós, como terapeutas, que temos, como missão, curar as enfermidades psíquicas, precisamos orientar os nossos pacientes nesse sentido, da busca pelo significado, pelo sentido.

Você pode até ter um terapeuta laico, ok. Mas eu duvido que você consiga desenvolver uma terapia eficaz que seja verdadeiramente laica.”

Eu não vejo, na pesquisa sobre o currículo desse doutor, nada a respeito do objeto dessa CPI, da saúde da população trans, do que é realizado no ambulatório das Clínicas. Mas eu vejo que é um terapeuta religioso, que tem todo o direito de o ser. Mas eu não vejo o que ele pode trazer, para um debate científico, para nós, além das próprias crenças que ele tem, que todos nós respeitamos.

Então eu acho que a convocação desse médico é muito inapropriada. Porque eu acredito que vai ser muito difícil, com essa contribuição, com esse viés, e com a absoluta ausência de qualquer embasamento para discutir o objeto dessa CPI, que ele possa acrescentar. Portanto, vou me manifestar contrariamente a esse requerimento.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para me inscrever.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Vou lhe dar a palavra, deputado Tenente Coimbra. Vossa Excelência já utilizou, agora no início, a réplica da deputada, como a deputada Beth também usou a tréplica aqui. Vossa Excelência tem a palavra, mas só vamos tentar organizar os próximos requerimentos na discussão.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - De uma maneira rápida, para não protelar.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Primeiro, pontuar, com o deputado Guilherme, que tanto critica a CPI. Eu acho que cabe uma autoanálise para ver o que, de fato, V. Exa. está fazendo aqui. Porque, se não tem objeto, acho que cabe solicitar ao PSOL alguma troca, ou chamar o suplente, de alguma forma.

As qualificações do profissional, do doutor Paulo Roberto, elas estão escritas, como eu já disse. Ele é psicólogo, pela Universidade Federal de Minas Gerais; doutor

em Psicologia pela Universidade de São Paulo. E pós-doutor pela Universidade de Campinas, em psicoterapia, que é, de fato, feito com as crianças, como o próprio Dr. Elton pontou, com sua base técnica, voltado para a área médica.

Que é o que, de fato, é feito com as crianças até 16 anos. Porque você tem duas opções. Ou a psicoterapia, ou o tratamento de hormônio. Ele vai, de fato, ajudar muito, trazer um olhar isento, de quem, de fato, não trabalha dentro do HC, que tem um olhar, porque não, viciado. E vai contribuir muito para essa CPI.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas porque eu fui citado. Gentilmente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Nesse requerimento, já que está tendo debate aqui, nós vamos fazer. Nos próximos, nós vamos inscrever, usar o tempo regimental, passar a palavra e tocar os trabalhos, senão... Vossa Excelência tem o tempo.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Maravilha. Vou ser muito breve. Só responder ao Tenente Coimbra: eu estou aqui para fazer uma contenção de danos e impedir que esta CPI conquiste o seu objetivo de fazer disto aqui um circo, de fazer disto aqui um palanque e justamente trazer pessoas desqualificadas aqui para apenas disseminar a desinformação e o pânico moral sobre esse tema, que é tão delicado. Esse é o papel que eu estou cumprindo aqui.

E a grande contribuição, o grande embasamento que o referido doutor que o Tenente Coimbra pretende trazer, mais um trecho: “o papel do terapeuta é restaurar em seu paciente o sentido da vida, que é apenas o sobrenatural”. Então, acho que a gente vai ter uma sessão mística aqui se esse doutor vier contribuir. Talvez a gente encontre paz espiritual para fazer uma discussão com um pouco mais de ciência e de responsabilidade. Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Presidente, só para pedir para tirar dos autos o trecho “desqualificação” de uma pessoa que está sendo recebida via oitiva.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - O trecho é uma fala da própria pessoa que está sendo recebida. Se for considerado desqualificado...

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Você pontuou a desqualificação do convidado pela Assembleia Legislativa.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Quem está dizendo é o Tenente Coimbra.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pelo currículo dele, nós sabemos que é qualificado para fazer o debate. Eu entendo a crítica do deputado Cortez. Não conheço o doutor, mas só pelas ponderações do deputado Cortez, já comecei a gostar dele. Vou procurar saber dos trabalhos dele aqui. Com a palavra, o nobre deputado Guto Zacarias.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Para discutir rapidamente, para não protelar também, já que nós temos vários itens a serem discutidos. Eu gostaria de voltar aos autos, deputado Coimbra, deputado que eu tanto admiro aqui nesta Casa, o termo “desqualificar”. Porque quando o deputado Guilherme Cortez usa o “desqualificar”, ele está dizendo que ele está nesta CPI, cujo objeto ele tanto critica... Mesmo não tendo coletado as assinaturas necessárias para fazer alguma CPI que ele acha válida, ele zomba do deputado Gil Diniz, que conseguiu as assinaturas necessárias para fazer uma importante CPI, que trata sobre a transição de gênero entre crianças e adolescentes no Hospital das Clínicas aqui no estado de São Paulo.

E ele fala que ele está aqui nesta CPI, mesmo sendo contra a existência da mesma, para que outros deputados ou que outras pessoas não qualificadas não estejam aqui. A gente sabe muito bem como funciona, deputados Gil e Coimbra, a escalação de uma CPI. É indicação, muitas vezes, do partido. Então, se o deputado Cortez está aqui para que outros deputados não qualificados estejam no lugar dele, ele está dizendo de deputados da própria bancada.

Então, eu gostaria que o deputado Cortez falasse, em algum momento, quais são os deputados do PSOL que são desqualificados para poder discutir o tratamento para transição de gênero em crianças e adolescentes. A gente sabe muito bem que eles não são capazes de fazer essa discussão. Obrigado, presidente.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu acho o seguinte: quanto menos nós nos atacarmos, melhor a gente avança. Do jeito como está, eu acho que está ficando ruim. Eu acho que a gente deveria... É só uma questão de ordem. E eu acho que o deputado Guilherme colocou da forma que ele... Enfim, está aqui, está constatado. Eu não vou também desqualificar as outras falas, até fui cuidadosa. Nada contra o Dr. Andrada - ponto. E nem ele pessoalmente. Aqui está se discutindo uma questão de mérito, é isso. Agora, vamos... Se ficar esse vaivém, vaivém, nós não vamos sair daqui. E o senhor tem interesse em botar para andar, não é isso?

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Concordo com V. Exa., deputada Bebel. A senhora não sabe como me dói estar aqui presidindo os trabalhos e não estar aí fazendo a discussão com Vossas Excelências. Mas vamos tentar tocar os trabalhos aqui.

Não havendo mais oradores inscritos para a discussão, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Só dar o comando, deputada, aí V. Exa. pede. Só dar o comando de aprovado, e V. Exa. pede a votação nominal. É antes? Então, pode pedir, deputada Beth.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para pedir votação nominal.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Votação nominal. Como vota o nobre deputado Dr. Elton?

O SR. DR. ELTON - PSC - Dr. Elton vota "sim".

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Tomé Abduch?

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Guto Zacarias?

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Tenente Coimbra?

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota a nobre deputada Beth Sahão?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Voto “não”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Guilherme Cortez?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Voto “não”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota a nobre deputada Professora Bebel?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Voto “não”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Este deputado vota “sim”. (Pausa.)
Aprovado o requerimento Item 6.

Item 8 - Requerimento do Dr. Elton, nº 1.548, de 2023. Requer seja expedido ofício ao Dr. Alexandre Saadeh (CRM 51.687), coordenador do AMTIGOS-IPq

(Ambulatório transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo), para que apresente esclarecimentos a esta CPI das seguintes questões:

1 - Em estudo realizado pela Dra. Devita Sing, do Departamento de Psicologia Aplicada e Desenvolvimento Humano da Universidade de Toronto, demonstrou que uma proporção muito alta de crianças - cerca de 88% - desistiu de uma identificação trans como adultos; com base nessas informações:

a - Qual o número apurado, desde o início do processo, de pessoas que desistiram da identificação trans quando adultos?

b - Qual o tratamento e acompanhamento é dado a estas pessoas com base na irreversibilidade dos tratamentos e procedimentos aplicados na destransição?

Em discussão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, deputada Beth Sahão. Lembrando que dessa vez vou colocar aqui o relógio: o tempo regimental é de 10 minutos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nem vou usar isso. Apenas para questionar o seguinte: são pesquisas que a gente não sabe qual é o tamanho do reconhecimento delas no mundo científico. E também não estão voltadas para o trabalho do Amtigos, que é objeto aqui desta CPI. Portanto, nosso posicionamento, embora tenhamos conversado para que ele fosse pautado, será contrário a este requerimento, Sr. Presidente. Fui bem rápida.

O SR. DR. ELTON - PSC - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputada Beth Sahão. Tem a palavra o nobre deputado Dr. Elton.

O SR. DR. ELTON - PSC - O reconhecimento dos trabalhos vem por identificação de qual é o N do trabalho. Então, eu tive a oportunidade de ler diversos trabalhos com o N. O N consiste na quantidade de casos a serem avaliados em cada

trabalho científico. E existem muitos casos... E em trabalhos de serviços que acompanham ou fazem o acompanhamento da disforia de gênero a longo prazo. E eles agora estão trazendo dados importantes.

Existe uma das clínicas nos Estados Unidos com mais tempo de tratamento, que foi fundada em 1975, se não me engano. Ela começou a utilização das medicações em 2005. Aqui no Brasil, em torno de 2010. Então, dessa forma, existem dados que estão sendo coletados fora. E é importante trazer trabalhos de fora do Brasil, porque por muitas vezes os trabalhos que são realizados aqui no Brasil têm um delay.

Então, é importante para que a gente não entre em erros ou problemas que possam ser definitivos na discussão ou na realização de cada um desses tratamentos, né. Eu venho lembrar aos senhores que, por exemplo, hoje esse tratamento que está sendo colocado em relação à disforia de gênero não seria, para mim, muito diferente do que acontece no tratamento de anorexia. E aí, na anorexia, a gente faz a psicoterapia. Agora, na disforia, o que a gente faz é como se na anorexia eu optasse por realizar uma lipoaspiração no paciente.

Então, eu tenho muita cautela sobre os efeitos deletérios a longo prazo. E aí trazer ou entender exatamente tudo aquilo que está sendo realizado por meio desse serviço do Hospital das Clínicas. E eu não fui, de nenhuma forma, ruim nos meus apontamentos. Eu fiz apenas o questionamento sobre o que tem em trabalhos de fora do país. E aí eu quero saber o que está sendo coletado de dados aqui pelo serviço Antigos. Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Dr. Elton. Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para que a votação seja nominal.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - É regimental. Votação nominal.
Como vota o nobre deputado Tenente Coimbra.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Eu voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota a nobre deputada Beth
Sahão?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota a nobre deputada
Professora Bebel?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Tomé
Abduch?

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Guto
Zacarias?

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado
Guilherme Cortez?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Voto contra, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Dr.
Elton?

O SR. DR. ELTON - PSC - Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Este deputado vota “sim” também.
Aprovado o Item 8.

Item 9 da pauta - Requerimento nº 1569, de 2023, do Dr. Elton. Requer que seja expedido ofício ao Dr. Geralto Busato Filho, atual presidente do Instituto de Psiquiatria do HC-USP, para prestar esclarecimentos quanto às questões a seguir relacionadas:

1- Apresentar estudo quanto ao desenvolvimento psicossocial completo de uma criança com disforia de gênero a ponto de se reconhecer plenamente transexual, justificando, assim, as intervenções com bloqueadores de puberdades e afins;

2- Levando em consideração o grande percentual de reversão da vida adulta, existe acompanhamento psicológico para as crianças e seus familiares no sentido de desenvolver um processo de investigação científica onde todos os atores envolvidos podem contribuir para uma estratégia individual e específica para cada caso?

Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos para discussão, está encerrada a discussão. Em votação o Item 9. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Nós vamos nos abster, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Só para registrar a abstenção, fica registrada aqui a abstenção. O deputado Guilherme Cortez também?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Registrar abstenção.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Abstenção do deputado Guilherme Cortez e da deputada Professora Bebel. Deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu também vou me abster, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Está aprovado o Item 9.

Item 10 - Requerimento do nobre deputado Dr. Elton, 1570, de 2023. Requer que seja expedido convite à Dra. Akemi Shiba, médica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, psiquiatra da infância e adolescência, psicoterapeuta de orientação analítica e psicoterapeuta EMDR de crianças e adolescentes, com o objetivo de prestar

esclarecimentos sobre os estudos realizados sobre a disforia de gênero e suas consequências.

Em discussão o Requerimento nº 10. Não havendo oradores inscritos, está...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, apenas para pontuar que a Dra. Akemi está proibida de falar sobre esse assunto pelo Conselho de Medicina do Rio Grande do Sul, de modo que é uma... A gente às vezes fica surpresa com o convite a ela por esta CPI, porque esse posicionamento do Conselho deveria ser uma referência para outros estados também quando se trata de trazê-la para uma CPI dessa importância.

Então, por isso mesmo, nós somos contrários à vinda dela aqui. O Conselho já se posicionou nesse sentido, protocolou denúncia contra a atividade que ela realiza inclusive na Assembleia Legislativa gaúcha, por meio inclusive de um deputado do antigo DEM. Então não se pode dizer que foram deputados com perfis voltados para os partidos de esquerda, por isso mesmo que a gente vai votar contrário à vinda dela aqui a esta CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Que deputado machista, hein, deputada Beth Sahão? Propor uma moção de repúdio... Uma doutora, a Dra. Akemi, mulher. Olha o currículo dela aqui, psicoterapeuta.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, não pela questão de gênero, foi pela questão do conteúdo das práticas.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Ah, entendi, mas tudo bem. Com a palavra o nobre deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Presidente, mais uma vez, eu acho que é muito importante a gente utilizar este espaço para defender a ciência e o que existe de melhor na medicina. Aliás, se a gente usasse esse parâmetro, é justamente o

motivo pelo qual eu acho que essa CPI não deveria existir, porque o tratamento que é realizado no ambulatório é amplamente respaldado pelas normas do Conselho Federal de Medicina, do Cremesp e do Ministério da Saúde.

Mas, como isso está em falta, eu acho que é importante que a gente traga para cá pessoas qualificadas e pessoas que não utilizem dos seus juízos morais e políticos, de preconceitos - todas as pessoas têm preconceitos - para influenciar um debate técnico-científico. Essa Dra. Akemi Shiba, a deputada Beth Sahão muito bem diz, já está inclusive sofrendo um processo no Conselho Federal de Medicina. Ela sofre esse processo porque ela já classificou a transexualidade com uma epidemia.

A gente está trazendo para uma comissão parlamentar de inquérito, para discutir um tema tão delicado, uma pessoa que já tem uma visão preconceituosa sobre a transexualidade em geral, que classifica uma identidade de gênero como uma epidemia, como uma doença, que patologiza a identidade de gênero de uma parcela expressiva da população.

Mais uma vez, eu acho que trazer pessoas com esses preconceitos, com essas desqualificações, e que inclusive é questionada pela própria categoria médica, que inclusive é proibida de falar sobre esse tema no seu próprio estado, e a gente dar palanque, a gente dar voz para charlatanismo, para preconceito mascarado de autoridade médica, de dados científicos, eu acho que é um expediente muito problemático.

Nós, da oposição, apresentamos uma série de requerimentos para convocar aqui profissionais de notório saber, profissionais do Hospital das Clínicas. Eu tenho um requerimento para convocar uma representante do Conselho Federal de Psicologia, justamente porque, enquanto os deputados dizem que a gente quer atrapalhar, quer obstruir, a gente quer trazer para esta CPI pessoas qualificadas que possam esclarecer, que possam desfazer as ideias preconcebidas, preconceituosas e que possam limpar um pouco desse pântano do pânico moral da desinformação que circunda esse tema.

Agora, o oposto disso é a gente trazer pessoas para cá que só vão corroborar uma análise preconceituosa, enviesada. Portanto eu acho que essa profissional é absolutamente desqualificada. Não vejo motivo. Acho que desqualificaria esta comissão - que os deputados da base tanto prezam - a gente trazer para cá uma profissional que sofre um processo pelo Conselho Federal de Medicina justamente por conta de uma postura preconceituosa em relação à identidade das pessoas trans.

Isso só comprova o que este deputado tem dito, que esta CPI, ao contrário de ter um objetivo sério, só tem o intuito de trazer para cá pessoas que vão disseminar o

pânico, disseminar a violência, intensificar ainda mais a discriminação e preconceito contra as pessoas. Então, justamente por isso, eu não posso votar a favor da convocação dessa doutora, que eu espero que preste as explicações devidas ao Conselho Federal de Medicina.

Acho que esta CPI deveria ter um nível maior, a gente trazer pessoas para cá que não tenham preconceito, que não façam disso um debate moral, preconceituoso e transfóbico, mas sim profissionais de notório conhecimento que possam contribuir com esse trabalho. Portanto vou votar contrariamente a esse requerimento, presidente.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, nobre deputada professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu quero, de forma bem breve, dizer o seguinte. Eu sou da área da Educação e não tenho problema nenhum com convivência de pluralidade de ideias e de pensamentos - pedagógicos, religiosos, todos -, senão não seria professora. Essa é a questão, porque você lida com classes muito diversificadas, né? A composição da classe. Mas, quando V. Exas. se propuseram a ter uma CPI para tratar de um tema dessa envergadura, eu acredito que o notório conhecimento deveria ter sido colocado em primeira questão.

Eu não desqualifico, não a desqualifico. Quem a desqualifica é o próprio órgão lá do Rio Grande do Sul. Não é um de nós aqui que está dizendo “Olha, esta senhora é assim e assado”. Ela está proibida de falar sobre o tema lá, então como é que a gente abre um espaço aqui? Para mim não é questão de dar visibilidade ou não. Ela pode ter visibilidade à direita e pode ter visibilidade à esquerda. Essa é uma questão que é natural que seja. Agora, aqui é porque, enfim, há um problema, e acredito que não dá pra votar favorável a esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Dr. Elton. Tem a palavra pelo tempo regimental, Dr. Elton.

O SR. DR. ELTON - PSC - Graças a Deus aqui é a Casa do Povo, e a convocação de qualquer uma das pessoas, ela parte do pressuposto de que há um

entendimento, que seja por qualquer um dos deputados, de que a presença seja importante. O questionamento, a pluralidade de ideias é importante também, mas eu fico sempre muito apreensivo com qualquer questionamento que aconteça diante de um tema como esse, e eu me lembro de toda uma “cultura woke” que tem acontecido no mundo, em relação a questionar qualquer coisa que seja falada contra, e aqui precisa haver popularidade de pensamentos.

Eu acho que, se a gente não está aberto a ouvir outras pessoas com questionamentos, ou com um pensamento diferente, e a gente coloca isso como um embate, para mim isso é um policiamento linguístico daquilo que a gente está vivenciando hoje. Então, eu me pontuei, falando sobre as questões da medicina, sobre os riscos, sobre a não capacidade de que o tratamento seja retornável, ou seja, com a parada do tratamento seja reversível.

Então, é ter um outro pensamento, que talvez esteja em contraponto àquilo que vocês pensam acho que é possível, de a gente sentar aqui, conversar e ouvir. Então, o meu pedido é para que ela venha, e eu agradeço, sim, por todos os meus pares que têm apoiado, e a gente vai trazer ela aqui, se Deus quiser, para poder trazer um contraponto, ou um contrassenso sobre algumas questões que eu acho importantes.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Uma breve comunicação, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Tem a palavra o deputado Tenente Coimbra.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Só para expor, como ela não tem nenhum impeditivo legal, a Dra. Akemi participou na Câmara Federal, no dia 21.06, de uma audiência pública, “Infância Plena, suas Consequências, Riscos e Diferentes Posições sobre Ajustamentos e Intervenções”.

Foi citada a problemática dela dentro do seu estado como se isso fosse algo genérico, inclusive se estendendo para o estado de São Paulo, mas não, há menos de 15 dias ela participou de uma audiência pública. E vale salientar também que quem, de fato, protocolou uma denúncia contra ela no Conselho de Medicina foi o Conselho Estadual de Promoção de Direitos LGBTs, cujo qual o Cremesp acolheu a denúncia, mas também ainda não houve nenhuma conclusão.

Então, não cabe não nenhum deputado, nenhum par praticamente condená-la, como o Guilherme Cortez gosta de imputar crime às outras pessoas. Já imputou mais um crime à doutora, como imputou a todos os deputados desta Casa em outra ocasião. Também não cabe isso, eu ser retirado dos autos as posições que a consideram transfóbica, que a consideram preconceituosa, porque isso é crime e, de fato, não tem nenhuma condenação que prove isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Só um momento. Vossa Excelência já discutiu o requerimento?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, mas um pouquinho do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Discute no próximo, Beth.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, só para dizer que nós vamos fazer então...

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Votação nominal?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, um requerimento para que o Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul disponibilize então qual a situação da Dra. Akemi naquele órgão.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Vocês acabaram de obstruir um requerimento meu que pede os processos de outros médicos, e vocês não concordam.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, mas nós não estamos pedindo o processo. Estamos pedindo a situação que ela se encontra.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - O embate linguístico. Não, tudo bem. Vamos...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem. Para pedir votação nominal.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Só encerrar aqui. Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Vou fazer aqui o comando de votação nominal. Como vota o nobre deputado Tenente Coimbra?

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota a nobre deputada Beth Sahão?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota a nobre deputada Professora Bebel?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Tomé Abdduch?

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Guto Zacarias?

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Guilherme Cortez?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Voto contra, obviamente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Dr. Elton?

O SR. DR. ELTON - PSC - Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Este deputado vota “sim”. Está aprovado o requerimento nº 10.

Item nº 12 - Requerimento do nobre deputado Dr. Elton, nº 1.574, requer que seja expedido convite ao Sr. Secretário de Saúde, Dr. Eleuses Paiva, para prestar informações quanto à seguinte questão: “tendo sido declarada doença com CID desde 1980, a transexualidade passou a ser conhecida...”.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu acho que esse Item nº 12 não entrou no acordo que nós tivemos. Ele não...

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pede vista? Alguém precisa pedir vista, então.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Então eu peço vista desse item. Eu retiro a vista, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Em discussão o Item nº 12. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para esclarecermos.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - É o requerimento...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não tinha um acordo nosso no Item nº 12?

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Foi um erro nosso. Nós estamos tentando corrigir o erro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então nós vamos votar?

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Não, vocês pedem vista. Não é isso?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, você pediu vista.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Não, nós não vamos pedir vista.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Ele retirou a vista, deputada Beth.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eles que pediram vista, não fomos nós.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Não, ele retirou.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, espera, só um minutinho. Vocês que vão pedir. Nós tínhamos combinado de votar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Então vamos votar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Favorável, inclusive. Pelo amor de Deus, ninguém está contra aqui.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Então vamos votar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Este aqui foi um dos itens que nós acordamos.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Acho que esse não estava na lista do acordo. Acabou que ninguém pediu vista.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Nós concordamos com ele. É que, pelo acordo, nós havíamos entendido que esse item devia estar em vista. Então, eu, gentilmente, pelo acordo, somente fazer com que acontecesse.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Se, apesar do pedido de vista, se depois de lido, convenceu, OK. Então retira a vista e vota. Pronto.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Então vamos votar.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Pedir a suspensão dos trabalhos por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Tem acordo? Está suspensa por dois minutos a sessão.

* * *

- Suspensa, a sessão é reaberta sob a Presidência do Sr. Gil Diniz.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Reaberta a sessão.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, nobre deputado Tenente Coimbra.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Pedir vista do Item nº 12.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - A gente vai pedir vista conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Vista conjunta. Deputado Tenente Coimbra com a deputada Professora Bebel.

Item nº 14 - Requerimento do nobre deputado Tomé Abduch. Requerimento nº 1.591, de 2023. Requer que seja expedido convite para a juíza do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Dra. Ana Cláudia Brandão, com o objetivo de prestar informações a esta

CPI, por videoconferência, sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Hospital das Clínicas no atendimento a crianças adolescentes transgêneros.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o Item nº 14.

Item nº 16. Requerimento do nobre deputado Tomé Abduch. Requerimento nº 1.593, de 2023. Requer que seja expedido convite para a Dra. Verônica A. da Motta Cezar-Ferreira, doutora em psicologia clínica, com o objetivo de prestar informações a esta CPI por videoconferência sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Hospital das Clínicas no atendimento a crianças e adolescentes transgêneros. Em discussão o requerimento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Com todo o respeito ao deputado Tomé, mas a Dra. Verônica não trabalha, na verdade, nessa área, né? Ela é uma especialista em conflitos e dinâmicas familiares, não tem nenhuma influência em nenhum lugar. A gente acabou levantando as questões aqui e, pelo contrário, ela tem uma abordagem em relação à questão da transexualidade de uma forma muito violenta, muito cruel e até opressora.

Então a gente só fica um pouco surpreso com esse convite de uma profissional que não tem nenhum diálogo, não atua no HC e não atua também nessas áreas. Por isso mesmo que nós vamos votar, com todo respeito ao deputado Tomé, contrários a esse seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Mais algum orador inscrito? Não? Está encerrada a discussão. Em votação o Requerimento nº 16. As Sras. Deputadas...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só para fazer a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - É regimental. Como vota o nobre deputado Tenente Coimbra?

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota a nobre deputada Beth Sahão?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Voto contrária, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota a nobre deputada Professora Bebel?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Voto contrária.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Tomé Abduch?

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Guto Zacarias?

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Guilherme Cortez?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Voto contra, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota o nobre deputado Dr. Elton?

O SR. DR. ELTON - PSC - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Este deputado vota “sim”. Está aprovado o Item 16.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Tem a palavra a deputada Professora Bebel, para questão de ordem.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Não, é só o seguinte: é que quando o deputado Guto Zacarias pediu vista... Eu quero que todos os pedidos de vista feitos pelo deputado Guto Zacarias... Eu quero fazer o meu pedido de vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Então V. Exa. está pedindo para todos os pedidos de vista do deputado Guto Zacarias, para a senhora entrar com vista em conjunto.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Sim.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - É regimental.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Perseguição, Professora Bebel.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Item 16, requerimento da nobre deputada... Perdão, Item 18, requerimento da nobre deputada Beth Sahão, Requerimento nº 1.310, de 2023, requer que o Dr. Durval Damiani seja convidado para prestar informações a esta CPI sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Hospital das Clínicas no atendimento a crianças e a adolescentes transexuais. Esse requerimento estava no acordo?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Estava.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Em discussão. Não havendo oradores inscritos para a discussão, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 18.

Item 19, requerimento de autoria da nobre deputada Beth Sahão, Requerimento nº 1.311, de 2023, requer que o Dr. Edivaldo Massazo Utiyama seja convidado para prestar informações a esta CPI sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Hospital das Clínicas no atendimento a crianças e a adolescentes transexuais. Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos para a discussão, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 19.

Item 23, requerimento de autoria da nobre deputada Beth Sahão, Requerimento nº 1.315, de 2023, quer que a Dra. Elaine Maria Frade Costa seja convidada para prestar informações a esta CPI sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Hospital das Clínicas no atendimento a crianças e a adolescentes transexuais. Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos para a discussão, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 23.

Item 43...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - E o 25?

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - O 25 não teve acordo.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Acho que foi o 44, Bebel, que nós acordamos com Vossa Excelência.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Bom, mas aqui está constando vista conjunta, beleza?

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Sim, o nobre deputado Guto Zacarias pediu vista, e V. Exa. pediu vista em conjunto.

Requerimento nº 1.363, o Item 43 da pauta, requerimento do nobre deputado Guilherme Cortez requer que seja expedido o convite à procuradora regional federal Dra. Aline Mancino da Luz Caixeta, com o objetivo de prestar esclarecimentos técnicos a esta CPI. Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 43.

Item 44, requerimento de autoria da nobre deputada Professora Bebel, nº 1.372, de 2023, requer o convite à professora da rede estadual... Como que é? Hainra Asabi? Hainra Asabi para dar seu depoimento.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Hainra.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Hainra Asabi para dar seu depoimento como trabalhadora, mulher e trans que busca redesignação de sexo. Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 44.

Item 45, requerimento de autoria do nobre deputado Guilherme Cortez, nº 1.379, de 2023, requer que seja expedido o convite a representante do Conselho Federal de Psicologia Isadora Canto, com o objetivo de prestar esclarecimentos técnicos a esta CPI. Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 45.

Mais algum Sr. Deputado ou Sra. Deputada quer fazer o uso da palavra?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, nobre deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Gostaria que o senhor falasse da ciência do...

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Para ciência: questão de ordem apresentada pela deputada Professora Bebel, nos termos do Art. 38, inciso XV, do Regimento Interno. Está lida aqui a ciência, deputada Bebel. Nada mais havendo a tratar...

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, nobre deputado Guto Zacarias.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Gostaria de, em nome desta CPI tão importante, fazer um repúdio. Ontem teve o lançamento, a inauguração da Frente Parlamentar LGBTQIA+, que inclusive é uma sigla que já está desatualizada: já colocaram mais algumas letras aí, né? Aí a codeputada Carolina Iara falou algumas frases que eu gostaria de repudiar.

Primeiro eu gostaria, presidente, de anunciar que na volta do recesso parlamentar, que vai começar em breve, provavelmente depois do final desta CPI, eu vou fazer uma questão de ordem ao presidente da Assembleia, André do Prado, sobre a existência de codeputada. O Regimento Interno não tem, em nenhum momento, em nenhuma palavra, o termo “codeputada”, porque codeputada não existe.

Existe a deputada, existem os assessores parlamentares e os servidores muito prestativos desta Casa. Codeputada não existe. Nós estamos aqui em uma legislatura que está fazendo coisas à revelia do Regimento desta Casa.

Recentemente a Professora Babel iniciou uma sessão da Comissão de Educação usando o termo “todes”, que também não consta no Regimento Interno. Depois, agora, uma codeputada - que é algo que também não existe, tem que ser claro aqui... Vamos às frases que essa codeputada falou: “Essa Frente Parlamentar LGBTQIA+ existe para fazer os enfrentamentos contra a CPI das crianças trans e a Comissão da CPI do Crack, que está afetando a comunidade trans”.

Primeiro: criança trans não existe. Eu já deixei claro aqui, e essa CPI é para falar sobre o tratamento para a transição de gênero em crianças e adolescentes, que é algo que eu acho importante, e se vocês acham que crianças trans existem, também é importante tratar desse assunto. Eu acho que não existem, então também é importante

tratar desse assunto. E aí ela fala sobre outra CPI, que é a CPI do Crack, CPI do Enfrentamento ao Crack. Ela quer fazer uma CPI sobre enfrentamento à Cracolândia?

Ela não acha que a Cracolândia é um problema que a gente tem que tratar, que a Assembleia tem que tratar? Ela acha normal existir uma Cracolândia? Eu discordo. E aí, presidente, tem a segunda frase que é um absurdo completo. Ela fala o seguinte sobre esta CPI inclusive: “A nova geração tem direito de odiar e de fazer enfrentamento com a navalha na boca, sem pacifismo barato”.

Eu gostaria de saber da Carolina Iara com qual destes deputados, a codeputada ou assessora parlamentar Carolina Iara gostaria de fazer esse enfrentamento com a navalha na boca. Eu gostaria de saber. E eu, aliás, gostaria de perguntar aos outros deputados... Não aos deputados desta Casa, que têm muito respeito, mesmo sabendo que são deputados que discordam de mim.

Imagine se fosse um deputado do Movimento Brasil Livre falando que vai fazer um enfrentamento contra o PSOL e com o PT com a navalha na boca. Imagine se fosse um deputado bolsonarista falando que vai fazer o enfrentamento à esquerda com a navalha na boca. Como a grande imprensa ia tratar? Como a grande mídia ia tratar? Como o Conselho de Ética desta Casa ia tratar?

Não tem nenhum enfrentamento vindo da direita com a navalha na boca. Tem enfrentamento igual ao do deputado Gil, que nós já tivemos brigas históricas aqui entre MBL e bolsonarismo. O Gil propôs uma CPI, coletou as assinaturas para essa CPI e essa CPI está existindo e os deputados da esquerda estão discutindo.

Ninguém com navalha na boca; não se fazem enfrentamentos dentro das trincheiras da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo com navalha na boca. É na base do diálogo, é na base da conversa e na base do enfrentamento com boca a boca, sem navalha nenhuma.

Eu gostaria de saber qual é a decisão que esta Casa vai fazer com uma frente parlamentar lançada com a deputada criticando CPIs desta Casa, falando que vai enfrentar uma CPI que investiga a Cracolândia nesta Casa e também com navalha na boca, sem pacifismo barato. Esses termos não podem ser ditos dentro das trincheiras da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, presidente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Em primeiro lugar, esse não é o objeto desta CPI, essa discussão. Já começa por aí. Segundo lugar, a questão de codeputada. Eu não tenho aqui procuração para defender a codeputada, mas codeputada já é um formato e uma composição jurídica que o Tribunal Superior Eleitoral já está discutindo.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Aonde está no Regimento Interno da Assembleia que existe codeputada?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu não interrompi V. Exa. quando V. Exa. estava falando. Portanto, não me interrompa.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Está bom.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então, este formato o TSE já está discutindo e a Casa aqui, já de uma forma até informal, já absorveu esse formato desde a legislação anterior, quando isto aconteceu também com outros deputados e deputadas do PSOL. Pois bem, o codeputado é uma figura que participa ativamente do mandato. A única coisa que não consegue fazer é votar, entrar no plenário, porque isso ainda não está posto na legislação, mas pode ser que esteja.

Mais à frente pode ser que isso aconteça. Agora, impedir que o deputado Guilherme faça uma referência como ele fez ontem, o lançamento de uma frente parlamentar importante para um setor extremamente vulnerável da sociedade num país que mata, o País que mais mata a população transexual do mundo é o Brasil.

E aí quando V. Exa. remete essas falas, V. Exa., na verdade, acaba também estimulando. O Brasil é o País que mais mata a população transexual do mundo e os índices mostram isso. Então quando se faz uma audiência pública, quando a gente lança uma frente parlamentar, a gente lança uma frente parlamentar sobre determinados temas...

Cada um aqui lança dos temas que quer. É para dar visibilidade para aquela área. É para dar visibilidade e aprofundar o debate sobre aquele setor. Foi o que o deputado Guilherme fez. Eu muito honradamente sou membro desta frente parlamentar dele,

passei lá na atividade dele, uma atividade muito importante por sinal e fiz um apoio ali ao seu lançamento.

Com relação certamente à palavra da navalha na boca, V. Exa. sabe muito bem que há termos que são utilizados de forma simbólica. Isso não significa que a pessoa vai colocar a navalha na boca e vai sair por aí agredindo fisicamente outras pessoas. Então é uma figura de linguagem muitas vezes e é um simbolismo muito forte em determinadas palavras.

A gente já ouviu tanta coisa ali no plenário ao longo desses anos todos que a gente às vezes se arrepia. E, no entanto, a gente reconsidera, porque você sabe que às vezes a pessoa coloca um determinado termo sem evidentemente... Eu tenho convicção, não a conheço, ela trabalha com o deputado Guilherme, trabalha ao seu lado.

Eu não a conheço, não posso aqui como já disse, não tenho procuração para defendê-la, mas tenho certeza que não foi a intenção dela agredir ninguém. Então dizer que o presidente desta Casa tem que retirar essas questões, eu acho o fim da picada. Isso aí para mim é cercear o que cada parlamentar tem aqui de poder apresentar as suas defesas nas áreas que eles têm identidade.

E ele tem identidade com essas áreas, portanto, é livre para poder fazê-lo. Com relação aos termos, essa linguagem neutra, há uma grande discussão hoje na Língua Portuguesa sobre isso. Então tudo está em discussão, tudo está em movimento, tudo está em transformação e nós temos como parlamentares que acompanhar todo esse processo. Sr. Presidente, eu peço licença para Vossa Excelência. Tenho que me ausentar porque tenho um compromisso que eu já estou extremamente atrasada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - O deputado Guilherme Cortez tinha pedido a palavra antes, deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Ok.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - O deputado Guilherme Cortez, aí o Dr. Elton tinha pedido. Vossa Excelência fala ao final, por favor. Com a palavra o nobre deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Presidente, quando eu digo, desde o começo, que esta CPI, muito além de qualquer preocupação sincera e honesta com

algum procedimento que, supostamente, seria irregular, fato que não é, porque basta dar um Google, dar uma pesquisada, é muito fácil encontrar várias resoluções que amparam o tratamento que é realizado nesse ambulatório.

Mas quando eu digo que o objetivo desta CPI na verdade é buscar criminalizar, perseguir, atacar o movimento LGBT, os deputados falam que eu estou exagerando. Agora, a fala do deputado Guto só comprova isso, porque ele traz um elemento que não pertence a esta CPI, que não diz respeito a esta CPI.

Ele vai buscar no lançamento de uma frente parlamentar legítima da qual eu tenho muito orgulho de ser presidente e coordenador e da qual ele não se deu o trabalho nem de ler a sigla corretamente. É a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População LGBTI+. Uma frente mais do que importante e legítima porque o Brasil ainda é um País extremamente violento com a população LGBT e o deputado Guto sabe disso.

Embora insista em utilizar do espaço aqui para atacar quem luta e não atacar a causa do problema, e não atacar a LGBTfobia, e não atacar a intolerância. Ele prefere utilizar o tempo dele como parlamentar para atacar o movimento LGBT, para atacar uma frente, para atacar o lançamento de um evento, para atacar uma codeputada, que eu tenho o maior respeito pela codeputada Carolina Iara, da Bancada Feminista, que, aliás, o mandato coletivo da Bancada Feminista é o terceiro mandato que recebeu mais votos nesta Casa.

O terceiro mandato desta Casa que foi o melhor votado para deputados estaduais e é o mandato feminino de deputadas estaduais mais votado do País. Então se o deputado Guto não se identifica, não se sente contemplado pelo modelo de mandato coletivo, ele simplesmente não faça o mandato dele nesse formato.

Agora, a Bancada Feminista optou por essa construção que eu acho legítima, que eu acho importante, e foi respaldada com a terceira maior votação nas urnas. Então acho que não cabe ao deputado Guto ou quem quer que seja questionar a legitimidade. Aliás, a codeputada Carolina Iara é a única parlamentar transexual nesta legislatura e a codeputada Carolina Iara é intersexo e sofreu mutilação genital na infância.

Então eu acho muito bacana a gente fazer um requerimento para convocar ela também para contribuir com a discussão, porque se há tanta preocupação assim com as violências na infância e por isso move os parlamentares a esta CPI, então vamos discutir também a mutilação genital de pessoas intersexo na infância, como foi o caso da codeputada Carolina Iara.

Então eu acho um desperdício de tempo e só comprova, presidente, mais uma vez que o objetivo de parte dos deputados desta CPI é fazer disso aqui um palco para criminalizar, para reprimir, para ofender, para atacar, para criar factóide, espalhar o pânico moral contra a população LGBT. Eu acho isso uma pena, eu acho isso uma baixeza. Eu acho isso de um mau gosto muito grande. Queria lembrar, ontem foi dia 28 de junho, foi o Dia Internacional do Orgulho LGBT, e a gente fez um ato simbólico muito bonito nesta Casa lançando a nossa Frente nessa ocasião.

Esta Assembleia Legislativa é a Assembleia que mais tem parlamentares assumidamente LGBTs no Brasil inteiro. A nossa participação aqui justamente é para que esse tipo de discurso, esse tipo de postura, não fique sem resposta, para que a gente possa falar por nós mesmos, para que as nossas dores, para que as nossas vivências, não sejam usadas de pânico moral, de factóide, de catapulta, de palanque, para extremista, para fanático, fazer disso aqui um circo.

Essas é a minha preocupação desde o começo desta CPI. Quando o deputado Guto vem aqui, traz um exemplo completamente estranho a esta comissão, justamente para repreender a manifestação de pessoas LGBTs, os nossos representantes da nossa frente, só comprova o que eu tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Com a palavra o nobre deputado Dr. Elton. Depois, a deputada Bebel e o deputado Tomé Abduch.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Eu gostaria de falar também no final, presidente.

O SR. DR. ELTON - PSC - A questão da repressão, o que eu estava falando anteriormente é exatamente o policiamento linguístico. Se da outra parte pode se falar abertamente, desta parte nada pode ser falado. Então isso, para mim, é um policiamento linguístico. Quando a gente foi ver o que foi comentado por meio desse evento que vocês tiveram, o posicionamento de violência partiu da parte deles. Agora, eu vejo também um grande problema em relação ao modo como todos os nossos participantes aqui dos acordos, diante de todos os requerimentos que foram colocados aqui, todos os pares aqui da direita se posicionaram acolhendo seus requerimentos. E o requerimento que foi acordado com os senhores em nenhum momento vocês participaram ou

acolheram. Então mostra exatamente aquele viés de que, olha, “para a nossa parte, tudo pode; para a de vocês, nada”.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Com a palavra a nobre deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Bem, eu até não vou me estender muito, porque eu acho que o deputado Guilherme colocou com precisão, estava lá, fez o lançamento da Frente. Ele, na verdade, eu convivi, tive a honra de conviver na legislatura passada já com o mandato coletivo, V. Exa. também, em nenhum momento as codeputadas interferiram no Regimento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, porque compõe uma forma de mandato compartilhado. Essa é uma ideia, esse é um direito, qualquer um tem.

Mas quero chamar a atenção para o seguinte: eu sou da área de Letras, literatura e língua portuguesa. É só voltar a estudar um pouco de filologia, a gente vai ver que ao longo vai passando o tempo e muitos dos vocabulários populares acabam entrando no léxico nosso. Isso é natural. Você pega o Aurélio e pega um dicionário anterior, você vai ver que muita coisa o Aurélio já incorpora como verbete e como léxico.

Então, o “todes” pode, e V. Exa. tem razão, pode não estar escrito na gramática e nem no léxico, mas a força do movimento vai fazer isso vir. E vem. Eu posso falar, porque eu estudei. Eu sou da área de linguística, eu estudei linguística. Então, deputado Guto, não vamos ficar brigando com palavra. Está certo, V. Exa. se sentiu afrontado porque eu me dirigi à comunidade LGBTQIA+, que, aliás, tem um trabalho muito intenso na cultura, é um pessoal alegre, um pessoal que até pelo sofrimento que tem busca cultura para poder sobreviver.

A gente tem que desta forma entender, e não apedrejar, até porque a gente se dirige a eles da forma como eles gostam de ser tratados. É isso. A gente tem que ter esse entendimento.

Mas, de qualquer forma, eu acredito que eu sou daquelas, deputado Gil Diniz, que acredita quando limão, a gente faz a limonada, e essa CPI vai nos dar condições, deputado Guilherme Cortez, de extrair muitas coisas de forma científica para que a gente demonstre que isso não é uma aberração, isso não é uma sem-vergonhice, isso não é um problema psiquiátrico, mas é o direito de alguém escolher o que quer ser e quer fazer do seu corpo. É simples assim, sabe? Mas que enfrenta dificuldades de

sobrevivência. É disso que estamos falando, porque há machismo contra as mulheres trans ou homens trans, há, de toda forma, assim como há machismo conosco, mulheres.

Eu sou mulher hétero e sofro machismo, misoginia, e dói profundamente. Antes de o Guilherme Cortez estar na Casa, eu era uma das da frente, hoje eu não estou mais. Não estou porque não me colocaram, se me colocassem, estaria. Mas quero dizer que trabalhava com a frente de tal maneira que o reconhecimento era muito grande, até porque eu não era, aí é que está, eu não era, segundo eles, de certa forma legitimada também no movimento deles, que não precisa de alguém para legitimar: tem legitimidade. Mas, de certa maneira, acho que a gente está trazendo discussões de outros espaços para esta CPI, cujo escopo é outro. Ou é o mesmo, mas com sentido de aprofundar e tirar desta CPI conclusão. Então vamos nos ater ao tema, ao objeto, e tratar da forma como tem que ser tratado. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Com a palavra o nobre deputado Tomé Abduch.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - A linha do vitimismo e do preconceito é muito tênue, Professora Bebel. Ela é muito tênue. Eu vejo hoje que tudo é vitimismo. Tudo é vitimismo. “Porque ‘A’ sofreu isso, porque ‘A’ sofreu aquilo.” Eu vou dizer uma coisa da minha vida pessoal aqui: eu fui estuprado aos oito anos de idade, deputado Guilherme. Eu fui estuprado aos oito anos de idade. Eu acho que pouca gente aqui sabia disso. Estou falando publicamente pela primeira vez. Eu estava andando de bicicleta ao lado da minha casa, havia um açougue, havia um açougueiro que trabalhava naquele açougue, ele me puxou para dentro e abusou de mim sexualmente.

Eu nunca usei isso como vitimismo na minha vida. Nunca usei. Isso foi a força motora que me deu para eu me tornar uma pessoa mais íntegra, mais responsável, mais compreensiva com os outros, sem preconceito. E nós estamos levando o Brasil para um momento de preconceito extremo. Tudo é vitimismo. Às vezes, alguém fala alguma coisa com uma pessoa, um pequeno desentendimento, se a cor daquela pessoa é diferente, aquela pessoa é preconceituosa. Homofobia. Vocês me desculpem, eu não enxergo o mundo da maneira como vocês enxergam, eu enxergo de uma maneira muito diferente. O Brasil é um País inclusivo, e sempre foi. O Brasil não é o país que mais mata o maior número de pessoas homossexuais no mundo, é o país em que mais

morrem pessoas no mundo. Essa é uma grande realidade. Chegam a morrer mais de 45 mil pessoas/ano assassinadas por armas aqui no Brasil.

É claro que a população LGBT está no meio disso. Então, é muito cuidadoso quando a gente usa esse vitimismo para poder declarar tudo. Nós não devemos sentar aqui, deputado Cortez, o senhor sabe o respeito que eu tenho com o senhor, quando a gente convoca alguém para poder falar alguma coisa e se chama a pessoa de “charlatanismo”, “pântano moral”, “preconceituoso”... É o tempo todo essa mesma história, está muito cansativo tudo isso.

Eu sou um deputado de direita, conservador nos costumes. Sou sim a favor do antigo governo de Jair Bolsonaro, participei de tudo isso. Eu faço questão, quando eu chego aqui, de dar a volta e dar a mão para todos vocês. Todos os dias que eu encontro o senhor eu lhe cumprimento com um beijo, é verdade ou mentira? Então que história é essa de a gente ficar aqui se agredindo, se atacando?

Nós estamos discutindo uma CPI para poder defender as nossas crianças. A questão não é o direcionamento sexual que ela tem, a questão é o tratamento que pode estar se dando a uma criança entre quatro e 11 anos de idade, se ele realmente é um tratamento necessário naquele momento, se aquela pessoa - em algum momento mais para frente - pode se arrepender de alguma coisa, e aquilo que foi feito pode ser que não tenha retorno. É isso que nós estamos discutindo.

Ninguém aqui está para lacrar, ou para desrespeitar, ou para expor pessoas, ou para poder abrir um currículo médico de alguém de maneira que se exponha alguém. Nós estamos tentando cuidar das nossas crianças. A criança pode, sim, ter um direcionamento sexual diferente num determinado momento da vida, não tenha dúvida disso. Agora, qual é o tratamento que se dá para essa criança e em qual momento?

Não adianta a gente trazer para cá somente pessoas que estejam do lado ideológico que pactuam com isso, porque a gente tem uma certa tendência, quando a gente está de um determinado lado, a achar que tudo que nós fazemos está correto, e muitas vezes não está. Não existe uma verdade absoluta sobre os fatos, não existe. É por isso que nós temos que ouvir várias pessoas.

Se eu pegar aqui o currículo da maioria das pessoas que vocês convocaram e levantar o que é postado por elas nas redes sociais, com certeza eu vou poder desmerece-las, como é feito com as pessoas que nós estamos chamando aqui, pessoas que têm currículos, que são preparadas.

E tem que tomar cuidado, deputado Guilherme Cortez, com o preconceito, porque, se alguém cita alguma coisa dizendo que Deus que criou o homem e a mulher, isso já é um preconceito porque aquela pessoa tem um sentimento maior em relação a religião. Vocês pedem respeito desrespeitando os outros, está muito cansativo. Eu faço o máximo possível para ser respeitoso com todos, da forma como pensam, da maneira como recebem a sua própria imagem, da maneira como querem viver as suas vidas, mas a gente não entende que o lado oposto faz a mesma coisa.

Me desculpem, não dá para vocês defenderem uma pessoa que vem aqui - óbvio, num encontro legítimo que aconteceu ontem e que não há nenhum problema, ele deve sim ser respeitado - e que fala que vai ter que ter navalhas na boca, e dizer que isso é uma figura de linguagem. Você imagina se um deputado do lado de cá fala uma coisa dessas. Vocês vão achar que é figura de linguagem?

Nós temos que ter o mesmo peso e medida dos dois lados, não dá para ter pesos e medidas diferentes. É o Brasil de hoje: tudo que é de um lado pode, tudo que é do outro lado é preconceito, é violência, é discurso de ódio. Mas, quando a gente escuta um discurso de navalhas na boca, não é um discurso de ódio, é uma figura de expressão, é uma força de expressão.

Eu acho que é isso o nosso maior problema, é desse aspecto que nós temos que olhar, parar e simplesmente discutir respeito. Nós respeitamos vocês, vocês nos respeitam, a gente vive juntos em sociedade. E tenham a certeza de que 95% do que todo mundo quer é comum a ambas as partes.

Eu fico vendo aqui as discussões: nós queremos trabalho social, nós queremos ajudar as pessoas menos favorecidas, nós queremos respeito, nós queremos uma Casa íntegra. Quando eu digo íntegra, são parlamentares que tenham a integridade de não utilizar recurso público de maneira errada, de não usar o seu cargo para poder se autopromover ou ganhar dinheiro com isso.

Nós queremos que todos juntos entendam que existe uma Nação, uma Nação que é formada por uma pluralidade e que tem que ser respeitada de ambos os lados. Eu sou católico, eu vou à igreja, eu rezo, eu peço a Deus para me ajudar, eu quero criar meu filho de uma maneira cristã. Óbvio que ele vai crescer e em um determinado momento vai ter o desejo dele. Se você quer criar o seu filho de maneira progressista, você também tem o direito.

O que nós não podemos é ficar um entrando na vida do outro e colocando as nossas próprias verdades como se fosse a forma correta de viver, e aí mais uma vez entra a palavra “respeito”, que eu acho que está faltando para todos nós, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Muito obrigado, nobre deputado Tomé Abduch, faço minhas as vossas palavras. Com a palavra o nobre deputado Guto Zacarias.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Fala brilhante do deputado Tomé, me dá honra dividir as trincheiras com gente dessa estirpe. Alguns apontamentos para ser bem breve, para poder encerrar. Não sei se algum deputado vai querer usar a palavra aqui. Primeiro que a bancada do PSOL e a bancada do PT estão concordando com a gente, maravilha, que bom. A gente está...

Eu sempre acordo e falo: “Será que eu vou mudar a opinião de algumas pessoas?” Ao menos da bancada do PT e do PSOL nós estamos concordando, porque eu falei sobre codeputado e sobre o termo “todes”, usado por V. Exas., e a deputada Beth, do PT, que não se encontra aqui, ela falou: “Não, um codeputado existe, ele só é um termo informal. Não está no Regimento, mas é algo informal.” Não está no Regimento, não existe, pronto e acabou. Aqui é a Assembleia Legislativa, a gente tem que fazer o que está dentro do Regimento.

Depois ela fala a seguinte frase: “Não, um codeputado tem uma atuação ativa no mandato, ele só não pode votar.” Sim, igual aos meus assessores parlamentares, eles têm uma atuação ativa no meu mandato, eles só não podem votar. Assessor parlamentar é isso.

Segundo, ela fala sobre o termo “todes”, que foi citado pela Professora Bebel. Ela fala: “Não, não está na gramática, mas as pessoas usam”. Não está na gramática, a palavra não existe, é simples. A gente tem que ter o devido valor. Não, não está na gramática, a palavra não existe. “Não, mas é tudo muito fluido, a linguagem evolui.” Ainda não evoluiu, porque não está na gramática. Quando entrar no Regimento, a gente começa a se tratar aqui em gênero neutro.

Em terceiro lugar, eu gostaria de destacar algo que vem acontecendo nesta Casa, presidente, e as pessoas não estão dando o devido valor. O deputado Tenente Coimbra foi brilhante na frase quando ele disse que a todo momento o deputado Guilherme Cortez imputa crime a alguém. Eu queria até fazer uma retificação na frase: a alguém,

menos quando a pessoa realmente comete um crime. Quando a pessoa comete um crime, o deputado Guilherme Cortez não imputa crime a ela. Só fica imputando crime contra os pais de família que estão aqui na base dos deputados de direita.

E ele cita o termo “estimular” na frase dele aqui, passando pano para uma frase de uma codeputada, uma assessora parlamentar, que falou que vai fazer um enfrentamento com a navalha na boca. Contra parlamentares, ele disse que esses deputados aqui estão estimulando. Estimulando o quê? A matar gays? Estimulando o quê? A homofobia?

Porque, presidente, eu acho que esta Assembleia tem que começar a se posicionar com devido valor a esse tipo de coisa. Não há, entre os deputados de direita desta Casa, nenhum homofóbico e, se há, eu gostaria que o deputado Guilherme Cortez falasse o nome, porque eu não gosto de homofóbico. Eu quero que homofóbico vá para a cadeia. (Vozes sobrepostas.)

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Eu quero que quem mata gay vá para a cadeia. Eu quero que quem estupra gay e quem bate em mulher vá para a cadeia e fique o máximo de tempo possível. Então, se tem algum deputado homofóbico, cite o nome. Cite o nome de um deputado homofóbico que eu vou fazer frente junto com você para colocar esse deputado na cadeia, para cassar o mandato dele, para botar na cadeia. Cite o nome, porque assim não dá.

Daqui a pouco eu vou colocar uma CPI, eu não vou conseguir as assinaturas, vou falar que é racismo. Imagine, Professora Bebel - não sei quantos anos a senhora tem, não sei se a senhora tem filho, mas com certeza a senhora tem família -, eu duvido que a senhora goste de chegar em casa e a sua família perguntar: “Professora Bebel, Guto falou que a senhora é racista. A senhora é racista?”. Eu acho que a senhora não é.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu adotei uma filha negra.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Eu tenho certeza de que a senhora não é racista, eu tenho certeza, assim como eu tenho certeza de que o deputado Guilherme Cortez sabe que eu não sou homofóbico. Então, para de falar esse tipo de coisa, que não tem deputado aqui nesta Casa que é homofóbico. Tem deputado aqui que tem família, tem deputado aqui que tem filho, que tem filha e não gosta de ser chamado de

homofóbico, porque nós não somos. Nós fazemos um enfrentamento dia após dia contra a homofobia.

Eu quero que quem mata gay vá para a cadeia. Então, tem que parar com esse negócio de: “Não passou meu projeto porque tem uma direita homofóbica”. Quem é a direita homofóbica desta Casa? Porque senão eu vou começar a apontar na volta do recesso que, se eu não passar o projeto, vocês são racistas, e a família de vocês vai ficar perguntando se vocês são racistas.

Tem deputado aqui... A maioria dos deputados da base, vou falar todos, até agora não tenho nenhum apontamento de questão de racial, de gênero, de tudo quanto é coisa para dizer “acho que o deputado não gosta de mim porque é racista.” Não posso fazer apontamento contra nenhum, nem do PT, nem do PSOL.

Então eu gostaria que a partir deste momento - aqui nós temos um respeito, eu com a Professora Bebel, com o Guilherme Cortez, com a Beth Sahnão, com os deputados de esquerda, com os deputados que eu discordo na campanha porque são bolsonaristas - começassem a discutir política sobre política.

“Não gosto do MBL”, tudo bem, vamos fazer essa discussão. “Não gosto do Arthur”, vamos fazer essa discussão. “Não gosto do Bolsonaro”, tudo bem. Eu não gosto do Lula, eu não gosto do Boulos, e tudo bem. Agora, a discussão não pode ser sobre “você é homofóbico”. A discussão não pode ser “você é machista”. A discussão não pode ser sobre “você é racista”, porque, se for, aí tem que cassar o mandato do deputado.

A gente não pode ter nesta Assembleia... Primeiro que a gente não pode ter assessor que fica falando que vai fazer enfrentamento contra a direita com navalhas na boca, isso não dá para ter. Também não dá para ter nesta Assembleia deputado racista. Não dá para ter nessa Assembleia... primeiro que a gente não pode ter assessor que fica falando que vai fazer enfrentamento contra a direita com canalha na boca. Isso não dá para ter. Também não dá para ter nessa Assembleia deputado racista, não dá para ter nessa Assembleia deputado homofóbico, e toda vez que algum deputado sobe à tribuna, vem aqui na CPI e fala que tem homofóbico eu falo: “Eita! Tem deputado homofóbico aqui? Vamos cassar o mandato dele”, porque todo mundo sabe que esse é um discurso para rede social, para lacrar, para dizer: ai, eu não aprovei tal coisa porque a gente é homofóbico.

Não, não tem deputado homofóbico nessa Casa e quando tiver eu vou fazer frente junto com o PT, junto com o PSOL, vou criar todas as frentes possíveis para

cassar o mandato desse parlamentar, porque eu não gosto de homofóbico. Homofóbico, para mim, tem que estar na cadeia. Quem mata gay, para mim tem que estar na cadeia.

Sabe quem disse que quem mata gay não tem que estar na cadeia, deputado Gil? A bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Guto Zacarias.

Eu, como presidente dessa comissão parlamentar de inquérito, não vi, deputado Guto, a manifestação da assessora parlamentar, a codeputada. Vou solicitar as imagens a esta Casa, e, se for o caso, apresentar um boletim de ocorrência contra ela.

Deputado Guilherme Cortez, eu entendo, mas a justificativa de V.Exa., dos deputados aqui que defenderam a assessora parlamentar, a codeputada, mas é temeroso, temeroso que esse tipo de discussão parta para esse sentido. Vamos fazer o enfrentamento com navalha na boca, é muito complicado. Eu adoro armas, eu tenho armas. Eu adoro fuzil. Eu não posso dizer que eu vou fazer o enfrentamento com a esquerda com arma na cintura, com facas, com qualquer tipo de arma.

Então, quem porventura se sentiu ameaçado por esse discurso da parlamentar, fazer a devida representação, tanto com boletim de ocorrência quanto a representação aqui à Casa também. Não acho que é o caso, a CPI foi citada nominalmente, eu fui proponente dessa CPI, sou presidente dessa comissão parlamentar de inquérito e aqui nós fazemos o enfrentamento no debate, na discussão, com acordos muitas vezes, tentando tocar aqui os requerimentos, trazer as pessoas para que esclareçam aqui alguns pontos.

Não acho que é o caso, e se fosse um assessor meu falando isso para V.Exa. que vai fazer o enfrentamento com o deputado Guilherme Cortez com uma arma na cintura, com uma navalha na boca, já estaria exonerado, porque isso eu não permito dentro do meu gabinete, como eu já exonerei um assessor meu por desrespeitar uma policial militar nessa Casa, que deu uma ordem legal.

Então, eu não acredito, eu entendo aqui a defesa por parte dos deputados para essa assessora, mas eu acho que é um caso total aqui de repudiar esse tipo de fala e fazer o enfrentamento dentro aqui do embate de ideias, não numa ameaça, explícita ou velada. Eu creio que todos aqui concordam comigo, que nós não podemos partir para esse tipo de discurso, enfrentamento com navalha na boca ou arma na cintura. Não é para isso que nós fomos eleitos, estamos aqui nessa comissão ou dentro do plenário.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Com a palavra o nobre deputado Guilherme Cortez para encerrar. Pode ser?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Presidente, essa é uma comissão para investigar alguma suposta irregularidade num tratamento de transição de gênero cuja maioria dos deputados não conhece pessoas trans, ou não conhece a realidade das pessoas trans, nem se preocupa com isso, a meu ver. Não sei se a maioria dos deputados, cada um reflete, não estou acusando ninguém, nem vocês pensem quantas pessoas trans vocês convivem, vocês conhecem, vocês já pararam para conversar ou se são as coisas que vocês veem através da internet e as ideias que vocês criam a respeito disso.

Se conhecessem ou se dessem o trabalho de conhecer a história da luta do movimento LGBT, da população trans, da luta contra a AIDS no Brasil, saberiam que a navalha na boca a que a codeputada Carol Iara fez referência era um mecanismo de defesa da população de travestis, transexuais, durante a epidemia da AIDS no Brasil, em que essas pessoas precisavam andar com a navalha na boca para se sofressem com algum tipo de violência, de tentativa de estupro, de assassinato, ter esse mecanismo de se proteger.

E evidentemente que a fala da codeputada Carol Iara faz referência a esse fato, não ameaça nenhum deputado, que da mesma forma como o deputado Tomé disse que a gente não deve incentivar algum tipo de vitimismo, que ele coloca, da mesma maneira, nenhum deputado precisa se sentir ameaçado pelo movimento LGBT aqui, não.

Agora, eu acho que os parlamentares, ao invés de procurar atacar, se preocupar com as pessoas que reagem, que alertam, que alarmam em relação a como nós somos tratados nesta Casa, como a população trans se vê representada nesta Casa, se vê refletida nesta Casa, deviam investigar a raiz do problema. Ao invés de a gente fazer CPI com esse objetivo, eu acho que seria muito mais importante, já disse isso, a gente investigar por que a população de travestis transexuais é absolutamente marginalizada do mercado de trabalho; por que acontece mutilação genital de crianças, de crianças e adolescentes, que a preocupação de todos nós, de crianças e adolescentes intersexo. Isso me alarma. Espero que alarme os deputados também. Espero que a gente possa fazer

esse debate. É o caso da codeputada Carol Iara e de outras pessoas da comunidade intersexo.

Então, presidente, eu tenho o maior respeito por todos os deputados daqui, eu tenho o maior respeito por ter sido eleito como um deputado LGBT e faço questão de trazer meu broche, de falar sempre a respeito disso, porque eu não acho que é pouca coisa a gente refletir sobre essa realidade. Não estou falando de coitadismo, não estou fazendo mimimi, não estou falando de vitimismo, estou falando de uma realidade. Eu já fui vítima de violência LGBTfóbica, e não é só por mim: o Brasil, anualmente, registra índices bárbaros de violência contra a população LGBT. Há estudos que apontam, deputado Tomé. Quantos anos o senhor tem?

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Quarenta e oito.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Quarenta e oito. Há estudos que apontam que no Brasil a expectativa de vida média de uma pessoa travesti transexual é de 35 anos, é mais 10 anos do que eu tenho de vida, é menos do que o senhor tem de vida. É uma realidade que é bárbara e que devia sensibilizar todos os deputados. Eu já disse isso aqui, deputado Guto.

Eu não acho que isso é uma pauta só dos deputados da esquerda. Eu gostaria que os deputados da direita também se comovessem com essa situação e, refletindo sobre essa situação, falassem: o que está sendo feito de errado no estado de São Paulo que um segmento da população, qualquer que seja, tenha uma expectativa de vida média de 30 a 35 anos, que é a expectativa média que existia durante a Idade Média.

Então, eu gostaria de chamar os deputados à reflexão, nós vamos sair num período de recesso e vamos retornar em agosto. Essa CPI, presidente, eu espero estar errado, eu espero que os deputados comprovem que eu esteja errado, que essa CPI despertou muita preocupação em mim, despertou muita preocupação nessas famílias. Eu recebi muitas mensagens de pessoas que são diretamente atendidas por esse ambulatório e que estão em pânico, com medo desse atendimento, que já é tão deficitário, que já é tão reduzido, ser ainda mais restrito, de as famílias serem expostas.

A gente estava discutindo o requerimento aqui, pedindo dados pessoais. As pessoas têm sensibilidade, têm preocupação com isso. São os direitos humanos dessas pessoas que podem ser violados.

Então, eu espero verdadeiramente, e contem com a nossa bancada para isso, que a CPI, que eu acho que a princípio não teve objeto, que a gente possa fazer dela um espaço de esclarecimento, que a gente possa fazer dela um espaço de elucidação. E que esse aqui não seja um espaço para que os valores das pessoas, valores morais, políticos, das ideologias, dos preconceitos que as pessoas têm, elas sejam feitas de palco, elas sejam feitas de espetáculo para violentar e para discriminar, para estigmatizar ainda mais um setor da população, presidente.

Realmente eu espero que a gente consiga limpar essa atmosfera de violência política que se instalou no país, que já teve até candidato que falou que ia metralhar a militância no Acre, coisa do tipo, e que tantos parlamentares, governantes, figuras públicas que foram eleitas no último período, que fizeram mão de falas também falando de armas, de violentar. Já teve um ex-deputado aqui do MBL que tirou uma foto com um fuzil, dizendo “eu vou te matar por último”, alguma coisa assim, se eu não me engano, junto com o Eduardo Bolsonaro.

Então, realmente eu espero contar com o deputado Guto, espero contar com o deputado Gil e com todos os parlamentares para que a gente possa limpar essa atmosfera de armamentismo, essa mania de violência política que se instalou no nosso país e no nosso Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, deputado Guilherme Cortez.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *